

Governo Collor deixa o brasileiro 9% mais pobre

MARIZETE MUNDIM

O País fechará este ano com um Produto Interno Bruto (PIB) 3,2% inferior ao de 1989, último ano do Governo Sarney, "o que significa uma redução da ordem de 9% no PIB per capita", segundo estima documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Diante deste inédito empobrecimento da população, acelerado nos dois anos e meio do governo Collor, O Ipea propõe medidas compensatórias para assistir os segmentos menos favorecidos da sociedade.

Entre as medidas sugeridas, mudanças no sistema do seguro-desemprego para ampliar sua abrangência; a descentralização da merenda escolar; a expansão do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que hoje atinge cerca de 7 milhões de trabalhadores, para o atendimento de 14 milhões; o barateamento das cestas básicas; a descentralização na distribuição de medicamentos às populações carentes; alterações na gestão do financiamento do setor de saneamento para otimizar os recursos e gerar mais empregos; e medida de curto prazo para reativar o setor de construção de habitações populares.

O documento "Propostas de Política Social", coordenado pela economista Ana Maria Peliano, reconhece que são escassos os instrumentos disponíveis para uma ação emergencial significativa na área social. Especialmente "devido à dimensão atual das carências sociais e às inúmeras restrições existentes no plano macroeconômico e nas contas do governo". Por isso mesmo, o Ipea considera que "assumir a gravidade da situação social em sua verdadeira dimensão impõe, por parte do governo, exercitar a sintonia fina nas suas ações e despesas resultantes. Significa, também, aperfeiçoar seus processos de gestão dos setores selecionados e manter permanentemente o acompanhamento da ação, corrigindo-a sempre que houver desvios que possam comprometer o alcance dos objetivos traçados".

Estimando um crescimento de 2,3% para a população economicamente ativa (Pea) em 1993, o documento calcula que esta população atingirá 65,7 milhões de pessoas no próximo ano, das quais 1.380 (média mensal) que ocupam lugar no mercado formal estarão desempregados. Este é um dos motivos pelo qual o Ipea defende a ampliação do

sistema de seguro-desemprego, que atualmente atende a apenas 269 mil segurados, mês, que recebem quatro parcelas do seguro.

A proposta é a ampliação do prazo de recebimento do benefício em 50%, passando de 4 para seis meses, e a duplicação da cobertura do seguro, elevando de 269 mil para 538 mil o número de seguros/mês. O Ipea acredita que esta meta só se viabilizará se for realizada campanha de divulgação do programa de seguro-desemprego, já que apenas as categorias organizadas em sindicatos têm intimidade com o benefício.

O Ipea recomenda que a partir do segundo trimestre do próximo ano seja iniciada a descentralização da merenda escolar, transferindo-se aos municípios a tarefa de comprar e distribuir os alimentos nas escolas.

O documento defende a criação de programas de alimentação que reduzam os custos das cestas básicas para as populações carentes. Lembra que existia uma série destes programas — como Programa de Alimentação Popular (PAP) e o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda do Nordeste (Proab).

